uma única plântula. Para todas as outras, pelo menos 63% dos glomérulos germinados devem dar apenas uma plântula. A percentagem de glomérulos originando três ou mais plântulas não deve ultrapassar 5% entre os germinados;

- d) Para a categoria «semente base», a percentagem, em peso, da matéria inerte não deve exceder 1,0%. Para a categoria «semente certificada», a percentagem em peso da matéria inerte não deve exceder 0,5%.
- No que respeita às sementes revestidas, de ambas as categorias, as condições são verificadas com base em amostras colhidas a partir de sementes transformadas que tenham sido parcialmente descascadas (polidas ou moídas) mas que não tenham ainda sido revestidas, sem prejuízo da análise oficial da pureza específica mínima das sementes revestidas;
- e) As sementes de beterraba não devem ser introduzidas em zonas reconhecidas como «isentas de rizomania», a menos que a percentagem, em peso, da matéria inerte não exceda 0,5%.

Art. 20.º O peso mínimo da amostra para as determinações constantes do quadro II é de 500g.

Portaria n.º 484/92

de 9 de Junho

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 318/91, de 23 de Agosto, a produção de sementes agrícolas destinadas à comercialização deve respeitar as regras constantes dos regulamentos técnicos a aprovar por portaria do Ministro da Agricultura.

A presente portaria visa dar execução ao preceito no que respeita à produção de sementes de espécies oleaginosas e fibrosas, de acordo com a Directiva n.º 69/208/CEE e posteriores alterações.

Assim:

A abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 318/91, de 23 de Agosto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, o seguinte:

Único. É aprovado o Regulamento Técnico da Produção de Sementes de Espécies Oleaginosas e Fibrosas, que consta do anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 15 de Maio de 1992.

Pelo Ministro da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.

ANEXO

Regulamento Técnico da Produção de Sementes de Espécies Oleaginosas e Fibrosas

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação

Artigo 1.º — 1 — O presente Regulamento aplica-se à produção de sementes de espécies oleaginosas e fibrosas, a admitir à comer-

cialização no País, das variedades pertencentes aos géneros e espécies seguintes:

- Arachis hypogaeae* L. — amendoim;
Brassica juncea L. Czern. et Coss. in Czern — mostarda-da-china;
Brassica napus L. ssp. *oleifera* (Metz.) Sinsk. — colza;
Brassica nigra (L.) W. Kock — mostarda-negra;
Brassica rapa L. (partim) — nabita.
(x) *Cannabis sativa* L. — cânhamo;
(x) *Carthamus tinctorius* L. — cártamo;
(x) *Carum carvi* L. — cominho-dos-prados;
Glycine max (L.) merrill — soja;
(x) *Gossypium* L. spp. — algodão;
(x) *Helianthus annuus* L. — girassol;
(x) *Linum usitatissimum* L. (partim) — linho-têxtil;
Linum usitatissimum L. — linho-oleaginoso;
Papaver somniferum L. — papoila-dormideira.
Sinapis alba L. — mostarda-branca.

2 — As sementes das espécies assinaladas com (x) só podem ser comercializadas se forem oficialmente certificadas como semente base ou semente certificada e se estiverem de acordo com o disposto no quadro II constante do artigo 10.º

CAPÍTULO II

Admissão à produção

Art. 2.º São admitidas à produção as seguintes categorias de sementes:

- a) Semente pré-base;
b) Semente base — as sementes que:

Tenham sido produzidas sob a responsabilidade do obtentor, segundo as regras de selecção de manutenção no que respeita à variedade;

Se destinem à produção de sementes seja da categoria semente certificada, seja das categorias semente certificada de 1.ª geração ou semente certificada da 2.ª geração, ou, se for caso disso, semente certificada de 3.ª geração;

Obedeçam às condições constantes dos quadros I e II (artigos 8.º e 10.º) para as sementes base e para as quais se tenha verificado, num exame oficial, que as condições referidas foram respeitadas;

- c) Semente certificada (nabita, mostarda, colza, mostarda-negra, cânhamo-dióico, cominho-dos-prados, girassol, papoila-dormideira, mostarda-branca) — as sementes que:

São produzidas directamente a partir de semente base ou, a pedido do obtentor, de semente de uma geração anterior à semente base que podem obedecer e que obedeceram, quando objecto de uma inspecção oficial, às condições constantes dos quadros I e II (artigos 9.º e 11.º), para a semente base;

Se destinam a uma produção que não seja a de sementes de plantas oleaginosas e fibrosas;

Obedecem às condições constantes dos quadros I e II para as sementes certificadas e para as quais se tenha verificado, num exame oficial, que essas condições foram respeitadas;

- d) Semente certificada de 1.ª geração (amendoim, canhão-monóico, linho-têxtil, linho-oleaginoso, algodão, soja) — as sementes que:

São produzidas directamente a partir de semente base ou, a pedido do obtentor, de semente de uma geração anterior à semente base que podem obedecer e que obedeceram, quando objecto de um exame oficial, às condições constantes dos quadros I e II (artigos 8.º e 10.º), para a semente base;

Se destinam tanto à produção de sementes da categoria semente certificada de 2.ª geração ou, quando seja o caso, da categoria semente certificada de 3.ª geração, como a uma produção que não seja a de sementes de plantas oleaginosas e fibrosas;

Obedeçam às condições constantes dos quadros I e II para a semente certificada para as quais se tenha verificado, num exame oficial, que essas condições foram respeitadas;

e) Semente certificada de 2.ª geração (amendoim, linho-têxtil, linho-oleaginoso, soja) — as sementes que:

São produzidas directamente a partir de semente base, de semente certificada de 1.ª geração ou, a pedido do obtentor, de semente de uma geração anterior à semente base que podem obedecer e obedeceram, quando objecto de um exame oficial, às condições constantes dos quadros I e II (artigos 8.º e 10.º), para a semente base; Se destinam a uma produção que não seja a de sementes de plantas oleaginosas e fibrosas ou, quando seja o caso, para a produção de sementes da categoria semente certificada de 3.ª geração; Obedecem às condições constantes dos quadros I e II para as sementes certificadas e para as quais se tenha verificado num exame oficial, que essas condições foram respeitadas;

f) Semente certificada de 2.ª geração (cânhamo-monóico) — as sementes que:

São produzidas directamente a partir de semente certificada de 1.ª geração e que foram produzidas e controladas oficialmente com vista à produção de semente certificada de 2.ª geração; Se destinam à produção de cânhamo, a ser colhido à floração; Obedecem às condições constantes dos quadros I e II (artigos 8.º e 10.º), para a semente certificada e para as quais se tenha verificado, num exame oficial, que essas condições foram respeitadas;

g) Semente certificada de 3.ª geração (linho-têxtil, linho-oleaginoso) — as sementes que:

São produzidas directamente a partir de semente base, de semente certificada de 2.ª geração ou, a pedido do obtentor, de sementes de uma geração anterior à semente base que podem obedecer e obedeceram, quando objecto de um exame oficial, às condições constantes dos quadros I e II (artigos 8.º e 10.º), para a semente base; Se destinam a uma produção que não seja a de sementes de plantas oleaginosas e fibrosas; Obedecem às condições constantes dos quadros I e II para a semente certificada e para as quais se tenha verificado, num exame oficial, que essas condições foram respeitadas;

h) Semente comercial — as sementes que:

Possuem identidade específica; Obedecem às condições constantes do quadro II (artigo 10.º) para a semente comercial e para as quais se tenha verificado, num exame oficial, que essas condições foram respeitadas.

Art. 3.º As entidades admitidas à produção de sementes, que pode ser feita separada ou simultaneamente, são:

- O produtor de semente base — a entidade que procede à multiplicação por uma ou várias gerações de semente da categoria do melhorador até à obtenção da semente da categoria base, segundo as exigências do esquema de certificação;
- O produtor de semente certificada — a entidade que procede directamente à produção da semente certificada, segundo as exigências dos esquemas de certificação, ou que promove esta produção pelo recurso a agricultores multiplicadores, mediante acordos ou contratos prévios.

Art. 4.º — 1 — Os produtores de semente base, além de cumprirem os requisitos constantes do Estatuto da Produção de Sementes, devem obedecer ainda às seguintes disposições:

- Não delegar numa mesma entidade a produção de sementes de mais de 10 variedades da mesma espécie sem autorização expressa da Direcção de Serviços de Controlo de Qualidade de Sementes (DSCQS);
- Manter, desde que responsável pela selecção de manutenção da variedade, em reserva, para a produção de semente base, 30% da quantidade de semente da categoria pré-base necessária à execução do esquema, salvo nos casos devidamente justificados perante a DSCQS;
- Renovar anualmente a reserva referida na alínea anterior;

- Para uma mesma variedade de uma espécie alogâmica, não multiplicar na mesma exploração agrícola mais do que a semente base ou uma das gerações de semente pré-base;
- Cumprir o que no capítulo III é estabelecido quanto aos antecedentes culturais das parcelas de terreno a utilizar na produção.

2 — Os produtores de semente da categoria certificada, além de cumprirem o estabelecido no Estatuto da Produção de Sementes, devem ainda obedecer às seguintes condições:

- Não multiplicar no mesmo agricultor multiplicador mais de uma variedade por cada espécie;
- Cumprir o definido na alínea e) no número anterior;
- A área mínima de cada campo de multiplicação de semente certificada não poder ser inferior a 1 ha, salvo nos casos devidamente justificados perante a DSCQS.

Art. 5.º Aos agricultores multiplicadores não é permitida a celebração de contratos de multiplicação de sementes com produtores das mesmas, desde que daí resulte o não cumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo anterior.

Art. 6.º — 1 — Os produtores devem fornecer informações sobre as culturas que foram efectuadas anteriormente em cada campo de produção de sementes.

2 — É obrigatório que decorra, entre a cultura de produção de semente e qualquer outra cultura da mesma espécie, um intervalo mínimo de cinco anos para as crucíferas, três anos para as leguminosas e dois anos para as outras espécies.

3 — Várias culturas sucessivas da mesma variedade e da mesma categoria de semente podem ser feitas no mesmo campo sem intervalo de tempo, com a condição de a pureza varietal ser mantida de modo satisfatório.

CAPÍTULO III

Controlo dos campos de multiplicação

Art. 7.º — 1 — Os campos de produção de semente estão sujeitos pelo menos a uma inspecção na altura em que os principais caracteres distintivos da variedade são mais aparentes.

2 — Os campos de produção de variedades híbridas são objecto de pelo menos três inspecções durante o período em que os estigmas do progenitor feminino são fecundáveis excepto no caso de ter havido um ensaio de pós-controlo antes da certificação, caso em que são suficientes duas inspecções.

Art. 8.º As culturas de semente de espécies alogâmicas devem estar isoladas da contaminação de pólen estranho de acordo com o seguinte quadro:

QUADRO I

Condições às quais deve obedecer a cultura

Espécies	Distância mínima (*) (metros)
<i>Brassica</i> sp. p., <i>Cannabis sativa</i> , <i>Carum Carvi</i> , <i>Gossypium</i> sp. p. e <i>Sinapis alba</i> :	
Semente base	400
Semente certificada	200
<i>Brassica napus</i> sp. p. <i>oleifera</i> :	
Semente base	200
Semente certificada	100
<i>Cannabis sativa monoico</i> e <i>Carthamus tinctorius</i> :	
Semente base	5 000
Semente certificada	1 000
<i>Helianthus annuus</i> :	
Semente base (variedades híbridas)	1 500
Semente base (variedades não híbridas)	750
Semente certificada	200

(*) Estas distâncias podem não ser respeitadas se houver uma protecção suficiente de toda a fonte de pólen indesejável.

Art. 9.º As culturas contendo infestantes em número excessivo devem ser reprovadas.

Art. 10.º As variedades das diferentes espécies devem possuir suficiente identidade e pureza varietal e respeitar as condições constantes do seguinte quadro:

QUADRO II
Pureza varietal

Espécies e categoria	Pureza mínima varietal (percentagem)
<i>Arachis hypogaeae</i> :	
Semente base	99,7
Semente certificada	99,5
<i>Brassica napus</i> (excepto variedades forrageiras) e <i>Brassica rapa</i> (excepto variedades forrageiras):	
Semente base	99,9
Semente certificada	99,7
<i>Brassica napus oleifera</i> (variedades forrageiras), <i>Brassica rapa</i> (variedades forrageiras), <i>Helianthus annuus</i> (excepto variedades híbridas compreendendo os progenitores) e <i>Sinapis alba</i> :	
Semente base	99,7
Semente certificada de 1.ª geração	99
Semente certificada de 2.ª geração e seguintes	98
<i>Linum usitatissimum</i> :	
Semente base	99,7
Semente certificada de 1.ª geração	98
Semente certificada de 2.ª e 3.ª gerações ...	97,5
<i>Papaver somniferum</i> :	
Semente base	99
Semente certificada	98
<i>Glycine max</i> :	
Semente base	97
Semente certificada	95

Art. 11.º Na determinação da pureza varietal das espécies *Brassica juncea*, *Brassica nigra*, *Cannabis sativa*, *Carthamus tinctorius*, *Carum carvi* e *Gossypium* spp., os limites máximos de outras variedades ou fora do tipo admitidas nos campos de multiplicação são os seguintes:

- Produção de semente base — um por 30 m²;
- Produção de semente certificada — um por 10 m².

Art. 12.º — 1 — Na determinação da pureza varietal da espécie *Helianthus annuus*, têm de ser observados os seguintes requisitos:

a) Nas culturas de produção de sementes base de progenitores de *Helianthus annuus* não pode:

- progenitor masculino dos híbridos simples conter mais de 0,2% de plantas emissoras de pólen, fora do tipo (no período em que 2% ou mais de plantas do progenitor feminino apresentam flores com estigmas receptivos);
- progenitor feminino dos híbridos simples conter mais de 0,5% de plantas fora do tipo, incluindo as plantas emissoras de pólen e qualquer outra impureza;
- A linha pura conter mais de 0,2% de plantas fora do tipo;

b) Nas culturas de produção de semente certificada de variedades híbridas de *Helianthus annuus*, não pode:

- progenitor masculino conter mais de 0,5% de plantas emissoras de pólen fora do tipo (no período em que 5% ou mais de plantas do progenitor feminino apresentam flores com estigmas receptivos);
- progenitor feminino conter 1% ou mais de plantas fora do tipo ou 0,5% ou mais de plantas emissoras de pólen.

2 — Pode ser utilizado um progenitor masculino estéril para a produção de sementes certificadas híbridas aplicando um dos métodos seguintes:

- Mistura de sementes de progenitor masculino estéril com sementes de progenitor masculino fértil desde que a proporção entre progenitor masculino estéril em relação ao progenitor masculino fértil não ultrapasse dois para um;
- Utilização de um progenitor masculino que contenha uma ou várias linhas restauradoras de modo que, pelo menos, um terço das plantas do híbrido assim obtido produza pólen normal em todos os seus aspectos.

CAPÍTULO IV

Controlo dos lotes de sementes produzidas

Art. 13.º — 1 — O peso máximo dos lotes de sementes cujas dimensões sejam iguais ou superiores às do trigo é de 20 000 kg.

2 — No caso de sementes de dimensões inferiores à do trigo, o peso máximo dos lotes é de 10 000 kg.

3 — As quantidades de sementes que excedam os 20 000 kg ou 10 000 kg especificados nos números anteriores devem ser divididas em lotes de 20 000 kg ou 10 000 kg no máximo, sendo identificadas segundo a regra expressa nos n.ºs 1 e 2 como lotes distintos.

4 — É admissível uma tolerância de 5% sobre os máximos referidos nos números anteriores.

Art. 14.º A DSCQS pode autorizar a mistura de dois ou vários lotes de sementes certificadas da mesma geração da mesma variedade.

CAPÍTULO V

Certificação

Art. 15.º Para que sejam emitidos certificados relativos à semente pré-base, base e certificada é indispensável que os lotes de sementes submetidos a certificação satisfaçam todas as prescrições regulamentares e as sementes cumpram as características constantes do seguinte quadro:

QUADRO III

Normas e tolerância

Especíes e categorias	Faculdade germinativa mínima (porcentagem de sementes puras)	Pureza específica		Outras espécies (a)	Teor máximo em número de sementes de outras espécies de plantas numa amostra do peso previsto no anexo IV (total por coluna)							Condições quanto ao teor de grão de <i>Orobanchae</i>
		Pureza mínima específica (porcentagem de peso)	Teor máximo total em sementes de outras espécies (em percentagem de peso)		<i>Cuscuta</i> spp.	<i>Raphanus raphanistrum</i>	<i>Rumex</i> spp., excepto <i>Rumex acetosella</i>	<i>Alopecurus myosuroides</i>	<i>Solium renouatum</i>	10	11	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
<i>Arachis hypogaea</i>	70	99	-	5	0	0	-	-	-	-	-	-
<i>Brassica</i> spp.:												
Semente base	85	98	0,3	-	0	(c) (d) 0	10	2	-	-	-	-
Semente certificada	85	98	0,3	-	0	(b) (d) 0	10	5	-	-	-	-
<i>Cannabis sativa</i>	75	98	-	(a) (b) 30	0	(c) 0	-	-	-	-	-	(e)
<i>Carthamus tinctorius</i>	75	98	-	5	0	(c) 0	-	-	-	-	-	(e)
<i>Carum carvi</i>	70	97	-	(b) 25	0	(c) (d) 0	10	-	3	-	-	-
<i>Gossypium</i> spp.	80	98	-	15	0	(c) 0	-	-	-	-	-	-
<i>Helianthus annuus</i>	85	98	-	5	0	(c) 0	-	-	-	-	-	-
<i>Linum usitatissimum</i> (têxtil)	92	99	-	15	0	(c) (d) 0	-	-	-	2	-	-
<i>Linum usitatissimum</i> (oleaginoso)	85	99	-	15	0	(c) (d) 0	-	-	-	2	-	-
<i>Papaver somniferum</i>	80	98	-	(b) 25	0	(c) (d) 0	-	-	-	-	-	-
<i>Sinapis alba</i> :												
Semente base	85	98	0,3	-	0	(c) (d) 0	10	2	-	-	-	-
Semente certificada	85	98	0,3	-	0	(c) (d) 0	10	5	-	-	-	-
<i>Glicyne max</i>	80	98	-	5	0	(c) 0	-	-	-	-	-	-

(a) O teor máximo de sementes indicado na coluna 5 cobre também as espécies visadas nas colunas 6 a 11.
 (b) A contagem do número total de grãos de outras espécies de plantas pode não ser efectuada a menos que haja dúvida quanto ao cumprimento das condições fixadas na coluna 5.
 (c) A contagem dos grãos de *Cuscuta* spp. pode não ser efectuada a menos que haja dúvida quanto ao cumprimento das condições fixadas na coluna 7.
 (d) A presença de um grão de *Cuscuta* spp. numa amostra de peso fixado não é considerada como impureza se uma segunda amostra do mesmo peso estiver isenta de grãos de *Cuscuta* spp.
 (e) A semente é isenta de *Orobanchae*; contudo, um grão de *Orobanchae* numa amostra de 100 g não é considerado como impureza se uma amostra de 200 g estiver isenta de *Orobanchae*.

Art. 16.º — 1 — A presença de organismos nocivos que reduzam o valor de utilização das sementes é tolerado no limite mais baixo possível.
2 — As sementes devem respeitar as condições constantes do seguinte quadro:

QUADRO IV

Organismos nocivos

Espécies	Organismos nocivos			
	Porcentagem máxima em número de grãos contaminados por organismos nocivos			<i>Sclerotinia sclerotiorum</i> (número máximo de esclerotos ou de fragmentos de esclerotos numa amostra de peso previsto no quadro III)
	<i>Botrytis</i> spp.	<i>Alternaria</i> spp., <i>Ascochyta linicola</i> (Syn. <i>Phoma linicola</i>), <i>Colletotrichum lini</i> <i>Fusarium</i> spp.	<i>Platyedria gossypiella</i>	
1	2	3	4	5
<i>Brassica napus</i> spp. <i>oleifera</i>	—	—	—	(b) 10
<i>Brassica rapa</i>	—	—	—	(b) 5
<i>Cannabis sativa</i>	5	—	—	—
<i>Gossypium</i> spp.	—	—	1	—
<i>Helianthus annuus</i>	5	—	—	(b) 10
<i>Linum usitatissimum</i>	5	(a) 5	—	—
<i>Sinapis alba</i>	—	—	—	(b) 5

(a) No linho-têxtil, a percentagem máxima em número de grãos contaminados por *Ascochyta linicola* (Syn. *Phoma linicola*) não excederá 1.

(b) A contagem de esclerotos ou de fragmentos de esclerotos de *Sclerotinia sclerotiorum* pode não ser efectuada, a menos que não haja dúvidas quanto ao cumprimento das condições fixadas na coluna 5 do quadro anterior.

Art. 17.º No caso de *Glycine max*, o disposto no artigo anterior é aplicável em particular aos organismos *Pseudomonas syringae* pv. *glycinea*, *Diaporthe phaseolorum* var. *caulivora* e var. *sojae*, *Phialophora gregata* e *Phytophthora megasperma* f. sp. *glycinea*.

Art. 18.º — 1 — No que diz respeito à *Pseudomonas syringae* pv. *glycinea*, admite-se uma tolerância de quatro subamostras infectadas com o referido organismo, num total de cinco subamostras de 1000 sementes cada.

2 — Quando são identificadas colónias suspeitas nas cinco subamostras, podem usar-se ensaios bioquímicos apropriados a partir das colónias suspeitas isoladas de cada subamostra num meio adequado para confirmar as normas ou condições acima referidas.

Art. 19.º No que diz respeito à *Diaporthe phaseolorum* o número máximo de sementes infectadas não deve exceder 15%.

Art. 20.º No que diz respeito à *Phialophora gregata*, a percentagem em peso de matéria inerte, definida de acordo com os métodos de ensaio internacionais em uso, não deve exceder 0,3%.

Art. 21.º De acordo com o artigo 20.º da Directiva n.º 69/208/CEE, os Estados membros podem ser autorizados a não efectuarem a avaliação no que respeita às normas ou condições acima referidas, a não ser que, com base em experiência prévia, haja dúvidas quanto ao cumprimento dessas normas ou condições.

Art. 22.º Os pesos das amostras para as determinações mencionadas nos quadros dos artigos 15.º e 16.º são os constantes do seguinte quadro:

QUADRO V

Peso dos lotes e das amostras

Espécies	Peso máximo de um lote (toneladas)	Peso mínimo de uma amostra a tirar do lote (gramas)	Peso da amostra para contagem de outras espécies (gramas)
<i>Arachis hypogaeae</i>	20	1 000	1 000
<i>Brassica rapa</i>	10	200	70
<i>Brassica juncea</i>	10	100	40
<i>Brassica napus</i> spp. <i>oleifera</i> ..	10	200	100
<i>Brassica nigra</i>	10	100	40
<i>Cannabis sativa</i>	10	600	600
<i>Carthamus tinctorius</i>	10	900	900
<i>Carum carvi</i>	10	200	80
<i>Gossypium</i> spp.	20	1 000	1 000
<i>Helianthus annuus</i>	20	1 000	1 000
<i>Linum usitatissimum</i>	10	300	150
<i>Papaver somniferum</i>	10	50	10
<i>Sinapis alba</i>	10	400	200
<i>Glycine max</i>	20	1 000	1 000

CAPÍTULO VI

Acondicionamento das sementes e emissão de certificados

Art. 23.º — 1 — As embalagens contendo as sementes a certificar devem, aquando da amostragem, apresentar-se convenientemente fechadas e com a identificação do seu conteúdo.

2 — As embalagens devem apresentar-se devidamente fechadas por meio de um sistema que impossibilite a sua abertura sem danificação do dispositivo utilizado e não revele vestígios de violação.

3 — O dispositivo de fecho das embalagens deve ser assegurado pela aplicação de etiquetas ou de selos.

4 — A aplicação de elementos como os indicados no número anterior é dispensada quando os dispositivos utilizados no fecho das embalagens não possibilitem a sua reutilização.

Art. 24.º — 1 — A identificação do conteúdo das embalagens é assegurada por etiquetas que funcionam simultaneamente como certificados de controlo de qualidade.

2 — As etiquetas com ilhó podem utilizar-se desde que o fecho das embalagens seja assegurado pelos selos da DSCQS.

3 — As etiquetas autocolantes são permitidas se for impossível a sua reutilização.

4 — As etiquetas emitidas pela DSCQS não podem apresentar vestígios de utilização anterior e devem colocar-se no exterior das embalagens.

Art. 25.º As etiquetas devem obedecer às seguintes características:

- Ser impressas sobre uma ou duas faces;
- Ter forma rectangular com dimensões mínimas de 110mm x 67mm;
- Ter as seguinte cores:

Branca, com uma faixa em diagonal de cor violeta, para sementes de gerações anteriores à semente base;
Branca, para semente base;
Azul, para semente certificada de 1.ª geração;
Vermelha, para semente certificada de 2.ª geração;
Cinzenta, para semente não certificada definitivamente;
Castanha, para as sementes de categoria comercial;

- Ser de material suficientemente resistente para não se deteriorar com o manuseamento;
- A disposição e a dimensão dos caracteres a imprimir devem permitir a sua fácil leitura;
- Não conter qualquer forma de publicidade;
- Se os caracteres forem impressos nas embalagens, devem ser iguais aos das etiquetas;
- Nas embalagens destinadas a exportação, as informações impressas nas etiquetas podem ser redigidas em francês ou inglês.

Art. 26.º As etiquetas devem conter ainda as seguintes indicações:

a) Variedades não híbridas:

Nome e endereço do organismo de certificação;
País de produção ou a sua sigla;
Regras e normas CEE;
Espécie, indicada em caracteres latinos pela sua denominação botânica, pelo seu nome comum ou ambos;
Variedade, indicada em caracteres latinos;
Categoria da semente (indicar a geração);
Identificação do lote;
Data da amostragem;
Peso líquido ou bruto;
No caso de indicação do peso e da utilização de pesticidas granulados, de substâncias de revestimentos ou de outros aditivos sólidos, a indicação da natureza do aditivo, bem como a relação aproximada entre o peso de sementes puras e o peso total;

b) Variedades híbridas ou linhas puras:

Para as sementes base:

Em variedades híbridas ou linhas puras que foram oficialmente inscritas e aceites com o fim de entrarem como progenitores de um híbrido comercial, as etiquetas deverão conter o termo «progenitor»;

Para os progenitores que não estão oficialmente aceites e que são identificados em forma de código, as etiquetas deverão conter a informação do híbrido comercial a que se destinam, com ou sem referência à sua função (masculina ou feminina), acrescentada do termo «progenitor»;

Para as sementes certificadas:

As etiquetas devem conter o nome da variedade a que pertencem as sementes base, acompanhada do termo «híbrido».

Art. 27.º Para a categoria de semente comercial, além do referido no artigo anterior, deve constar:

Semente comercial;
Região de produção.

Art. 28.º No caso em que a germinação tenha sido revista, os termos «germinação revista em ... (mês e ano)» e o serviço responsável por essa revisão devem ser mencionados. Estas indicações podem ser dadas através de um autocolante oficial apostado sobre a etiqueta oficial.

Art. 29.º As etiquetas e documentos previstos, no caso de sementes não certificadas definitivamente, devem obedecer aos requisitos constantes do artigo 11.º da Portaria n.º 159/92, de 12 de Março (Regulamento Geral para Aplicação do Esquema de Certificação de Sementes).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho Normativo n.º 93/92

Considerando que o ensino particular e cooperativo tem dado um contributo importante ao relançamento do ensino profissional e técnico-profissional, devido à sua história e às suas características, que o vocacionam para a inovação pedagógica;

Considerando a oportunidade de dar viabilidade à «liberdade de aprender e ensinar», consagrada no artigo 5.º da Constituição da República Portuguesa;

Considerando que é urgente fornecer aos jovens formação adequada ao desempenho de uma profissão qualificada:

Ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de Março de 1967:

Determino o seguinte:

1 — Nos termos do presente despacho, são homologados os cursos técnico-profissionais de Informática e de Electrónica, a funcionar no Colégio Santa Maria de Lamas desde 1985-1986.

2 — Os cursos técnico-profissionais de Informática e de Electrónica visam a formação de profissionais de nível intermédio no campo da informática e da electrónica, simultaneamente com uma preparação geral equivalente às áreas do ensino secundário.

3 — Para ingresso nos cursos técnico-profissionais de Informática e de Electrónica é necessário o 9.º ano de escolaridade ou equivalente.

4 — Os cursos técnico-profissionais de Informática e de Electrónica têm a duração de três anos, correspondentes aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, e são ministrados de acordo com os planos de estudo definidos nos quadros anexos ao Despacho Normativo n.º 142/84, de 22 de Agosto.

5 — Os planos de estudo incluem as componentes de formação geral, formação específica e formação técnico-profissional, substituindo esta última a componente de formação vocacional da actual área B e podendo comportar estágios de aproximação à vida activa, pós-escolares ou incluídos no período de escolaridade.

6 — Os cursos técnico-profissionais de Informática e de Electrónica conferem cumulativamente:

6.1 — Um diploma de fim de estudos secundários, que permite o acesso ao ensino superior, nos termos da legislação aplicável;

6.2 — Um diploma de formação técnico-profissional, comprovativo da qualificação obtida, para ingresso no mundo do trabalho.

7 — Os diplomas referidos no n.º 6 do presente despacho têm valor oficial equivalente aos diplomas referidos no n.º 5 do Despacho Normativo n.º 194-A/83, de 21 de Outubro.

8 — Os cursos técnico-profissionais de Informática e de Electrónica do Colégio Santa Maria de Lamas funcionarão em regime de autonomia pedagógica, nos termos do n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro.

9 — As alterações ao disposto no número anterior serão submetidas a parecer do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP).

Ministério da Educação, 19 de Maio de 1992. — O Ministro da Educação, *António Fernando Couto dos Santos*.

Despacho Normativo n.º 94/92

Considerando que o ensino particular e cooperativo tem dado um contributo importante ao relançamento do ensino profissional e técnico-profissional, devido à sua história e às suas características, que o vocacionam para a inovação pedagógica;

Considerando a oportunidade de dar viabilidade à «liberdade de aprender e ensinar», consagrada no artigo 5.º da Constituição da República Portuguesa;

Considerando que é urgente fornecer aos jovens formação adequada ao desempenho de uma profissão qualificada:

Ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de Março de 1967:

Determino o seguinte:

1 — São criados no Instituto de Educação e Desenvolvimento (INED), como experiência pedagógica, a desenvolver nos termos do presente despacho, os cursos técnico-profissionais de Electrónica, Desenhador de Construção Civil, Informática de Gestão e Comunicação Social.